

CAMARGO CORRÊA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.730.548/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 25 de abril de 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS Levantados em 31 de Dezembro de 2010 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.740	14.799	14.031
Títulos e valores mobiliários		11	5.113	-
Contas vinculadas	5	6	2.521	6.233
Contas a receber de clientes		2.853	1.022	1.005
Impostos a recuperar	7	83	233	132
Outros créditos		643	852	2.633
Ativos classificados como mantidos para venda	8	22.132	-	-
Total do ativo circulante		<u>30.468</u>	<u>24.540</u>	<u>24.034</u>
Não Circulante				
Partes relacionadas	6	955	1.272	10.983
Impostos a recuperar	7	19.973	3.168	525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	4.341	-	-
Despesas pagas antecipadamente		217	663	355
Imobilizado	9	300.791	269.348	157.066
Intangível	10	103.672	106.677	110.916
Total do ativo não circulante		<u>429.949</u>	<u>381.128</u>	<u>279.845</u>
Total do Ativo		460.417	405.668	303.879
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, a não ser quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de março de 2007, e tem como objeto social: (a) realização de pesquisas, estudos e projetos relacionados à implantação e ao desenvolvimento de empreendimentos destinados à geração e transmissão de energia; (b) operação e exploração de tais empreendimentos; (c) participação em outras sociedades e/ou consórcios, na qualidade de sócia, cotista, acionista ou consorciada; e (d) administração de bens e negócios próprios de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2010, as operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nos consórcios a seguir relacionados:

a) Consórcio Estreito Energia ("CESTE") - tem como objeto social a implantação e exploração do aproveitamento hidráulico de Estreito, no Estado de Tocantins, em consonância com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento, de seu contrato de concessão e das demais regras aplicáveis.

b) Consórcio Empresarial Salto Pilião ("CESAP") - tem como objeto social a implantação e exploração do aproveitamento hidráulico de Salto Pilião, no Estado de Santa Catarina, em consonância com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento, de seu contrato de concessão e das demais regras aplicáveis.

c) Consórcio Gerador de Santa Isabel ("GESAI") - tem como objeto social a exploração do potencial de energia elétrica localizada no Araguaia, na divisa entre os Estados de Tocantins e Pará.

d) A Companhia incorporou o acervo líquido decorrente da cisão parcial de determinados ativos e passivos da acionista Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A., em 2 de setembro de 2008, referendo a Pequena Central Hidrelétrica Camargo Corrêa ("PCHCC"), localizada no município de Nortelândia, estado do Mato Grosso.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

O balanço patrimonial encerrado em 1º de janeiro de 2009, está sendo apresentado para atender o conceito de comparabilidade, uma vez que 1º de janeiro de 2009 foi a data de transição para a adoção integral dos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Companhia pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados ativos e passivos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras individuais são as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com todos os CPCs. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção destes pronunciamentos estão apresentados na nota explicativa nº 3.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados aplicando-se as alíquotas vigentes de 25% e 9%, respectivamente, sobre o lucro tributável do exercício no Brasil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.5. Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.6. Imobilizado

São avaliados ao custo de aquisição ou de construção do empreendimento, deduzidos das respectivas depreciações. Durante a fase de construção são capitalizados juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos captados pelas consorciadas considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o empreendimento inicia suas operações comerciais; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; e (c) os juros capitalizados são depreciações considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para os itens integrantes do ativo imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que representam a vida útil-econômica estimada desses bens.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

2.7. Ativos intangíveis

O ativo intangível inclui os custos relacionados ao direito de exploração da concessão (concessão onerosa), cujo contrato de concessão foi assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP), pelas consorciadas CESTE e CESAP. O registro contábil foi feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros.

A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o gás

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo

individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

2.10. Obrigações a pagar - Direito de Concessão (UBP)

Refere-se à obrigação a pagar do direito de exploração da concessão (concessão onerosa), cujo contrato de concessão foi assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP). O registro contábil foi feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de pagamentos futuros trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O saldo das parcelas a pagar nos próximos doze meses é registrado no passivo circulante e o saldo remanescente é registrado no passivo não circulante. O saldo dessa obrigação é atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) pro rata temporis, e pela taxa utilizada para trazer a obrigação a valor presente, utilizando a taxa efetiva de juros, pelo método do custo amortizado.

2.11. Instrumentos financeiros reconhecidos e mensuração

As operações com instrumentos financeiros são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, na data em que são contratadas. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.12. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

2.13. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada pela Companhia.

2.14. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil dos bens do ativo imobilizado, às provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos.

As estimativas e as premissas que as suportam são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

2.15. Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia não avaliou os possíveis efeitos da adoção das normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), já emitidas, mas que ainda não estão vigentes no Brasil.

Normas	Descrição	Aplicação
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40.	Períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos.	Períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Melhorias às IFRSs emitidas em 2010	General.	Períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010 e 1º de janeiro de 2011, conforme aplicável.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs mencionadas. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas no Brasil, de acordo com as atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas estão avaliando os possíveis impactos, mas não é possível estimar, neste momento, se são ou não significativos, pois as análises estão em andamento.

3. EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELA CPC

3.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil técnicas, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas na nota 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009.

Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no CPC 37(1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. A aplicação retroativa de tais práticas gerou efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

	Nota	Em 01/01/09 (data de transição)		Em 31/12/09 (última apresentação de acordo com práticas anteriores)	
		BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP Anterior	Efeito adoção dos novos CPCs
Ativos					
Circulante					
Partes relacionadas	(a)	10.983	(10.983)	-	(1.272)
Não Circulante					
Partes relacionadas	(a)	-	10.983	10.983	1.272
Intangíveis	(b)	1.516	109.400	134	106.543
Passivos					
Circulante					
Direito de concessão a pagar	(b)	-	-	-	7.072
Não Circulante					
Direito de concessão a pagar	(b)	-	109.400	109.400	99.471

Nota - Efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC:

(a) Reclassificação do saldo de partes relacionadas ativas do circulante para o não circulante.

(b) Refere-se, no consórcio CESAP e CESTE, ao registro contábil do direito de concessão (ativo intangível) em contrapartida da obrigação a pagar, denominado Uso do Bem Público - UBP, em conformidade com o ICPC 01.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e bancos	3.774	451	1.802
Aplicações financeiras	966	14.348	12.229
Total	<u>4.740</u>	<u>14.799</u>	<u>14.031</u>

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por aplicações em Fundos de Investimento por Cotas - FICs, que são compostos por títulos de renda fixa, debêntures e títulos do tesouro nacional e títulos privados, os quais apresentam rentabilidade entre 100,4% e 103,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado, e de acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros, estão classificados como "empréstimos e recebíveis", e, portanto, contabilizados pelo método de "custo amortizado", ou seja, os juros são reconhecidos pela taxa efetiva de cada instrumento.

5. CONTAS VINCULADAS

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Recursos vinculados ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	6	2.521	6.233
Representam recursos do BNDES decorrentes do contrato de financiamento firmado com a Companhia, utilizado no CESAP para fins de construção da usina hidrelétrica com a potência instalada de 182,3 MW dividida em duas turbinas geradoras, localizada no Estado de Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2010, refere-se a parcela dos recursos do BNDES ainda não utilizada pelo Consórcio para cobertura dos gastos com a usina.			

6. PARTES RELACIONADAS

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo não circulante:			
Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A. (a)	654	654	1.134
Camargo Corrêa Energia S.A. (b)	-	-	9.849
Camargo Corrêa Cimentos S.A.(d)	301	618	-
Total do ativo não circulante	<u>955</u>	<u>1.272</u>	<u>10.983</u>
Passivo não circulante:			
Camargo Corrêa S.A. (c)	62.442	15.037	-

(a) Contas a receber provenientes do acervo líquido incorporado pela Companhia, decorrentes de cisão parcial de determinados ativos e passivos da Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A. O saldo tem sido liquidado através de compensação de despesas incorridas na manutenção das operações da Pequena Central Hidroelétrica Camargo Corrêa ("PCHCC"), em nome da Companhia, pagas diretamente pela Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A.

(b) Refere-se à contratos de mútuo sem incidência de encargos financeiros, liquidados em 15 de setembro de 2009.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital.

(d) Contrato de compra e venda de energia.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Imposto de renda a recuperar	83	233	132
ICMS a recuperar (a)	6.520	3.168	525
PIS e COFINS a recuperar (a)	13.453	-	-
Total	<u>20.056</u>	<u>3.401</u>	<u>657</u>
Classificados no circulante	83	233	132
Classificados no não circulante	19.973	3.168	525

(a) O saldo de ICMS, PIS e COFINS a recuperar é composto por créditos relativos às operações do consórcio CESTE, de compra de cimento, aço e equipamentos eletromecânicos, para construção da UHE Estreito. Ao longo do período de construção, créditos serão acumulados, mas após o início da operação, esses créditos serão recuperados pelas consorciadas.

8. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

	PCH Camargo Corrêa
Caixa e equivalentes de caixa	166
Contas a receber de clientes	77
Imobilizado	21.886
Outros ativos	3
Bens classificados como mantidos para venda	22.132
Empréstimos	7.117
Contas a pagar a fornecedores	17
Outros passivos	6
Direitos associados com ativos classificados como mantidos para venda	7.140
Acervo líquido classificados como mantidos para venda	<u>14.992</u>

Em 15 de abril de 2010, a Companhia firmou contrato de compra e venda com a CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. de sua participação integral na usina hidrelétrica denominada "PCH Camargo Corrêa", em 17 de dezembro de 2010, foi aprovada a transferência pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ficando pendente a aprovação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Em 16 de abril de 2010 a Companhia recebeu adiantamento no valor de R\$4.675, que está registrado na rubrica de "outras obrigações".

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	31/12/10	31/12/09	31/12/09
Receita Operacional Líquida	16	23.484	3.818	3.818
Custo do Serviço de Energia Elétrica (Prejuízo) Bruto	17	(35.786)	(1.555)	(1.555)
Despesas		(12.302)	2.263	2.263
Gerais e administrativas	17	(3.226)	(826)	-
Outras receitas		-	4	-
Lucro (Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro		(15.528)	1.441	1.441
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	18	211	829	-
Despesas financeiras	18	(7.582)	(1.382)	-
		(7.371)	(553)	-
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(22.899)	888	888
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	4.341	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(18.558)	888	888
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação - R\$		(0,225)	0,0108	0,0108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Em milhares de reais - R\$)			
--	--	--	--

CAMARGO CORRÊA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.730.548/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, a não ser quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2010, a parcela classificada no passivo não circulante, referente aos contratos de financiamento com o BNDES, possui o seguinte cronograma:

2012	13.043
2013	13.043
2014	13.044
2015	13.044
2016	13.044
Após 2016	125.406
Total	<u>190.624</u>

12. DIREITO DE CONCESSÃO A PAGAR - UBP

A Companhia registrou os saldos a pagar, pelo uso do bem público ("UBP") no passivo, referente aos consórcios CESTE e CESAP, a valor presente, na data de assinatura do contrato de concessão, por entender que o seu objetivo é controlar todas as despesas para posterior rateio pelas Consorciadas. Após o registro inicial, os saldos do UBP foram atualizados mensalmente. Os vencimentos das parcelas do longo prazo da concessão estão apresentados a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	—	—	6.630
2011	—	6.786	6.531
2012	7.544	6.482	6.236
2013	7.151	6.144	5.912
2014	6.778	5.824	5.605
2015	6.425	5.522	5.314
2016	6.091	5.235	5.038
De 2016 a 2037	<u>73.828</u>	<u>63.478</u>	<u>68.134</u>
Total	<u>107.817</u>	<u>99.471</u>	<u>109.400</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia está discutindo judicialmente a obrigatoriedade da tributação pelo Imposto Sobre Serviços - ISS, no município de Palmeira do Tocantins. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, provisão no montante de R\$20.695 (R\$935 equivalente à participação da Companhia no consórcio), foi contabilizada. Em julho de 2010, R\$17.298 (R\$761 equivalente à participação da Companhia no consórcio) foi revertido da provisão e R\$6.000 (R\$264 equivalente à participação da Companhia no consórcio) foram pagos, restando R\$1.500 (R\$66 equivalente à participação da Companhia no consórcio).

O CESTE possui ações cíveis públicas referentes substancialmente a licenciamento ambiental. Os advogados externos da consorciada concluíram que tais causas judiciais apresentam probabilidade de perda possível, e não é factível quantificar estas ações neste momento.

14. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social de R\$82.359 está representado por 82.358.851 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 22 de julho de 2009, a totalidade das ações detidas pela controlada Camargo Corrêa Energia no capital da Companhia, foi transferida para a Camargo Corrêa S.A., sem modificação da quantidade de ações. Referida transferência está sujeita a aprovação por parte da ANEEL.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são compostos como segue:

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/10	31/12/09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.899)	888
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	7.786	(302)
Ajustes para apuração do imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	2.867	—
IR e CS diferidos ativos não constituídos	<u>(6.312)</u>	<u>302</u>
Receita de imposto de renda e contribuição social	<u>4.341</u>	<u>—</u>

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de R\$30.017 (R\$12.700 em 31 de dezembro de 2009), os quais não foram constituídos tributos diferidos, uma vez que Companhia não apresentou lucro tributável em pelo menos três dos cinco últimos exercícios sociais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	31/12/10
No ativo:	
Amortização do ativo intangível direto de exploração de infraestrutura (*)	4.341
Total - classificado no não circulante	<u>4.341</u>

(*) Refere-se, no consórcio CESAP, ao registro contábil do direito de concessão (ativo intangível) em contrapartida a obrigação a pagar, denominado Uso do Bem Público - UBP.

16. RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	31/12/10	31/12/09
Fornecimento de Energia Elétrica	26.059	4.330
Impostos Incidentes sobre vendas:		
PIS	(295)	(47)
COFINS	(1.360)	(215)
ICMS	(920)	(250)
Receita Líquida de vendas	<u>23.484</u>	<u>3.818</u>

17. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Depreciações e amortizações	(7.078)	(709)
Serviços de terceiros	(3.263)	(1.283)
Uso do Bem Público - UBP	(15.763)	—
Compra de energia para revenda	(7.025)	—
Outros	(5.883)	(389)
Total	<u>(39.012)</u>	<u>(2.381)</u>
Custo do serviço de energia elétrica	(35.786)	(1.555)
Despesas gerais e administrativas	<u>(3.226)</u>	<u>(826)</u>
Total	<u>(39.012)</u>	<u>(2.381)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/10	31/12/09
Despesas financeiras:		
Varição monetária	(247)	(156)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.558)	(1.186)
Encargos financeiros	(754)	(40)
Impostos sobre Operações Financeiras	(19)	—
Despesas bancárias	(4)	—
Total de despesas financeiras	<u>(7.582)</u>	<u>(1.382)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos financeiros	203	816
Juros sobre impostos e contribuições	8	13
Total de receitas financeiras	<u>211</u>	<u>829</u>
Resultado financeiro	<u>(7.371)</u>	<u>(553)</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

Aplicações financeiras

A "Política de Aplicações Financeiras" estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados.

Financiamentos

Registrados pelo valor nominal acrescido dos juros e da variação cambial incorridos até as datas de encerramento dos exercícios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Categorias de instrumentos financeiros			
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e bancos	4.668	2.790	14.031
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos	198.894	193.459	108.477

Operações com instrumentos financeiros

a) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2010, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados na data de encerramento do exercício, devido à sua natureza de curto prazo, bem como devido ao fato de serem atreladas à variação do CDI. Os Financiamentos estão registrados pelas taxas efetivas até as datas de encerramento das demonstrações financeiras apresentadas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI e da TJLP nos financiamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI e expostas a taxas de juros flutuantes, demonstradas a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo:			
CDI	977	19.461	12.229
Ativo exposto	<u>977</u>	<u>19.461</u>	<u>12.229</u>
Passivo:			
IGP-M	115.927	106.543	109.400
TJLP	<u>198.894</u>	<u>193.459</u>	<u>108.477</u>
Passivo exposto	<u>314.821</u>	<u>300.002</u>	<u>217.877</u>

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2010, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos relevantes e expostos a variações do CDI e TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Cenário1	Cenário2	Cenário3
Exposição à índices variáveis:				
Ativo:				
CDI	Decréscimo do Índice	115	86	58
Passivo:				
IGP-M	Acréscimo do índice	(11.934)	(14.917)	(17.900)
TJLP	Acréscimo do índice	(5.455)	(6.819)	(8.183)

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações acima. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, considerado remoto.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas acima para o período a findar em 31 de dezembro de 2011.

20. SEGUROS

A Companhia mantém política de efetuar contratação de seguros para cobertura de risco de engenharia, transporte e responsabilidade civil das operações, de acordo com a avaliação e mensuração de riscos determinado pela Administração.

21. COMPROMISSOS

Contratos de concessão

Os consórcios adquiriram direitos de concessão para construção e exploração de aproveitamentos hidrelétricos, firmados através de contratos com a ANEEL (contratos de concessão). Esses contratos, entre outros compromissos, estabelecem valores a serem pagos a título de Uso do Bem Público - UBP, e consequentemente, a Companhia registrou os saldos a pagar, a valor presente, na data de assinatura do contrato de concessão. Após o registro inicial, os saldos do UBP são atualizados mensalmente.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 31 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a proposta de cisão parcial da Companhia. O acervo cindido é constituído pelos ativos e passivos relacionados à totalidade das quotas de participação de 20% (vinte por cento) detida pela Companhia no Consórcio Empresarial Salto Pilaó ("CESAP"), bem como todos os diretos e obrigações relacionados à referida participação, que será vertida e incorporada no patrimônio líquido da Companhia Geração de Energia Pilaó ("CGEP"), entidade que possui os mesmos controladores da Companhia. Os principais saldos cindidos na respectiva data estão apresentados resumidamente a seguir:

Ativo circulante	776
Ativo não circulante	212.088
Passivo circulante	(15.525)
Passivo não circulante	<u>(165.962)</u>
Total do acervo líquido cindido	<u>31.377</u>

b) Em 14 de abril de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a proposta de redução parcial do capital da Companhia no montante de R\$86.213. A devolução da parcela do capital social será paga à acionista Camargo Corrêa S.A., mediante a transferência do acervo líquido correspondente à participação de 4,44% detida pela Companhia no Consórcio Estreito Energia ("CESTE"), pelo seu valor contábil em 28 de fevereiro de 2011, conforme laudo de avaliação. Os principais saldos cindidos na respectiva data estão apresentados resumidamente a seguir:

Ativo circulante	1.912
Ativo não circulante	224.624
Passivo circulante	(8.961)
Passivo não circulante	<u>(131.362)</u>
Total do acervo líquido cindido	<u>86.213</u>

23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do conselho de administração, realizada em 25 de abril de 2011, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de

dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação de tais demonstrações. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de abril de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcísio Luiz dos Santos

Contador

CRC nº 1 SP 207626/O-0

Deloitte.